



20
25

Banco Santander (Brasil) S.A.
Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas
Condensadas

Preparadas de Acordo com o IAS 34

31 de Março de 2025

ÍNDICE

Pág

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço Patrimonial Consolidado Condensado	5
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado	7
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente	8
Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa	11
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas e outras informações	12
2. Base para consolidação	15
3. Ativos Financeiros	18
4. Ativos não correntes mantidos para venda	21
5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos	21
6. Ativo imobilizado	23
7. Ativo intangível - Ágio	24
8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis	25
9. Passivos Financeiros	26
10. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	29
11. Patrimônio Líquido	32
12. Impostos sobre a renda	35
13. Detalhamento de contas de resultado	35
14. Plano de Benefícios a Funcionários	36
15. Segmentos operacionais	39
16. Transações com partes relacionadas	40
17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	43
18. Outras Divulgações	47
19. Eventos Subsequentes	58
ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado	59
Comentário de Desempenho	60
Composição dos Órgãos da Administração em 31 de março de 2025	64
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	67



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado condensado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



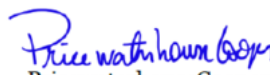
Banco Santander (Brasil) S.A.

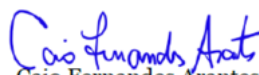
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar no anexo I para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada condensada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanço Patrimonial Consolidado Condensado

ATIVO	Notas		
	Explicativas	31/03/2025	31/12/2024
Disponibilidades		26.989.437	37.084.254
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.a	250.374.171	231.001.886
Instrumentos de Dívida		96.393.350	107.585.055
Instrumentos de Patrimônio		2.816.802	2.968.823
Derivativos	18	39.299.896	40.175.818
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		3.107.120	4.911.803
Reservas no Banco Central do Brasil		108.757.003	75.360.387
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.a	94.747.569	92.078.540
Instrumentos de Dívida		94.730.455	92.058.907
Instrumentos de Patrimônio		17.114	19.633
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3.a	762.747.259	768.324.784
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		42.543.179	30.177.627
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		536.194.189	561.178.111
Instrumentos de Dívida		90.836.166	84.529.222
Reservas no Banco Central do Brasil		93.173.725	92.439.824
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting	18	13.208	30.481
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	4	1.133.986	1.042.273
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	5.a	3.580.796	3.640.176
Ativos Fiscais		61.000.063	59.790.262
Correntes		13.408.088	11.566.385
Diferidos		47.591.975	48.223.877
Outros Ativos		13.441.243	6.955.457
Ativo Imobilizado	6.a	5.670.019	6.021.900
Ativo Intangível		32.808.443	32.826.797
Ágio	7	27.858.556	27.892.878
Outros Ativos Intangíveis	8	4.949.887	4.933.919
Total do Ativo		1.252.506.194	1.238.796.810

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas		
	Explicativas	31/03/2025	31/12/2024
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	9.a	79.576.735	82.722.610
Derivativos	18	36.156.533	39.280.448
Posições Vendidas		39.681.548	39.396.666
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		3.738.654	4.045.496
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	9.a	1.014.690.187	1.001.581.240
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		167.832.517	158.565.482
Depósitos de Clientes		608.159.302	605.068.163
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		140.210.930	135.632.632
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		23.448.586	23.137.784
Outros Passivos Financeiros		75.038.852	79.177.179
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting	18	94.327	129.826
Provisões	10.a	11.616.429	10.976.930
Obrigações para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		1.316.374	1.364.437
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões		10.300.055	9.612.493
Passivos Fiscais		10.046.672	10.175.193
Correntes		4.561.931	4.485.753
Diferidos		5.484.741	5.689.440
Outras Obrigações		14.535.403	13.383.879
Total do Passivo		1.130.559.753	1.118.969.678
Patrimônio Líquido		126.517.892	126.199.224
Capital Social	11.a	65.000.000	65.000.000
Reservas de Capital	11.c	442.894	630.011
Ações em Tesouraria	11.d	(724.223)	(884.707)
Reserva de Lucros	11.c	61.799.221	61.453.920
Outros Resultados Abrangentes		(5.624.632)	(6.707.539)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		120.893.260	119.491.685
Participações Não-Controladoras		1.053.181	335.447
Total do Patrimônio Líquido		121.946.441	119.827.132
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.252.506.194	1.238.796.810

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações intermediárias financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado

	Notas Explicativas	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Receitas com juros e similares		38.750.552	32.603.990
Despesas com juros e similares		(23.924.821)	(19.217.062)
Receita Líquida com Juros		14.825.731	13.386.928
Receitas de instrumentos de patrimônio		27.007	2.013
Resultado de equivalência patrimonial	5.a	86.615	63.599
Receitas de tarifas e comissões		6.061.108	5.615.334
Despesas de tarifas e comissões		(1.848.844)	(1.685.464)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		2.495.916	1.292.214
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		3.412.992	1.458.511
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		25.136	(389.051)
Outros		(942.212)	222.754
Variações cambiais (líquidas)		(2.278.618)	(284.099)
Outras despesas operacionais (líquidas)		(197.862)	(211.614)
Total de Receitas		19.171.053	18.178.911
Despesas administrativas		(5.245.105)	(4.982.138)
Despesas com pessoal	13.a	(3.012.355)	(2.926.815)
Outras despesas administrativas	13.b	(2.232.750)	(2.055.323)
Depreciação e amortização		(703.335)	(681.787)
Ativo tangível	6.a	(330.886)	(423.193)
Ativo intangível	8	(372.449)	(258.594)
Provisões (líquidas)		(1.294.397)	(1.115.142)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(7.264.611)	(6.799.369)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes	3.b.2	(7.264.611)	(6.799.369)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(91.127)	(47.724)
Outros ativos		(91.127)	(47.724)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		11.351	(148.588)
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		36.038	12.743
Resultado Operacional Antes da Tributação		4.619.867	4.416.906
Impostos sobre a renda	12	(1.468.284)	(1.355.978)
Lucro Líquido do Período		3.151.583	3.060.928
Lucro atribuível à Controladora		3.108.800	3.052.046
Lucro atribuível às participações não-controladoras		42.783	8.882

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações intermediárias financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente

	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Lucro Líquido do Período	3.151.583	3.060.928
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(68.248)	(421.457)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(34.032)	(335.592)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	278.761	(508.895)
Impostos	(312.793)	173.303
Hedges de fluxo de caixa	(34.214)	(85.865)
Ajuste ao valor justo	(65.239)	(163.733)
Impostos	31.025	77.868
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	1.151.153	(261.611)
Planos de Benefícios Definidos	1.170.858	-
Planos de Benefícios Definidos	2.164.778	-
Impostos	(993.920)	-
Outros	(19.705)	(261.611)
Contratos de Previdência - IFRS 17	(32.842)	(20.341)
Ágio em aquisições de controladas	-	(257.008)
Outros	-	7.602
Impostos	13.137	8.136
Total do Resultado Abrangente	4.234.488	2.377.860
Atribuível à controladora	4.191.705	2.368.978
Atribuível às participações não-controladoras	42.783	8.882
Total	4.234.488	2.377.860

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido atribuível à Controladora															
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimen to no Exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e Perdas- Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	Total	Participações Não- Controladoras	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	607.677	63.920.325	(1.106.783)	—	(236.745)	(3.496.579)	859.370	(27.931)	-	(1.066.330)	114.453.004	403.350	114.856.354
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	13.365.506	(2.164.544)	(502.235)	-	16.640	(275.465)	186.280	10.626.182	48.257	10.674.439
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	13.365.506	-	-	-	-	-	-	13.365.506	48.257	13.413.763
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	—	(2.164.544)	(502.235)	-	16.640	(275.465)	186.280	(2.739.324)	-	(2.739.324)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	—	(2.164.544)	-	-	-	-	-	(2.164.544)	-	(2.164.544)
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	—	-	(502.235)	-	-	-	-	(502.235)	-	(502.235)
Contratos de Previdência - IFRS 17		-	-	-	-	—	-	-	-	16.640	-	-	16.640	-	16.640
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	—	-	-	-	-	-	186.280	186.280	-	186.280
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial – ágio em aquisições de controladas		-	-	-	-	—	-	-	-	-	(256.936)	-	(256.936)	-	(256.936)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial – Outros		-	-	-	-	—	-	-	-	-	(18.529)	-	(18.529)	-	(18.529)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(6.000.000)	-	-	-	-	-	-	(6.000.000)	-	(6.000.000)
Remuneração baseada em ações	11.d	-	22.334	-	-	—	-	-	-	-	-	-	22.334	-	22.334
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	-	222.076	—	-	-	-	-	-	-	222.076	-	222.076
Dividendos Prescritos		-	-	57.513	-	—	-	-	-	-	-	-	57.513	-	57.513
Lucro não Realizado		-	-	19.213	-	49.175	-	-	-	-	-	-	68.388	-	68.388
Aumento de Capital		10.000.000	-	(10.000.000)	-	—	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros		-	-	42.188	-	—	-	-	-	-	-	-	42.188	(116.160)	(73.972)
Venda / Incorporação / Aquisição		-	-	-	-	—	-	-	-	-	-	-	-	(112.710)	(112.710)
Outros		-	-	42.188	-	—	-	-	-	-	-	-	42.188	(3.450)	38.738
Destinações:															
Reserva Legal		-	-	668.275	-	(668.275)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para equalização de dividendos		-	-	6.746.406	-	(6.746.406)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	630.011	61.453.920	(884.707)	-	(2.401.289)	(3.998.814)	859.370	(11.291)	(275.465)	(880.050)	119.491.685	335.447	119.827.132
Mutações no Período		10.000.000	22.334	(2.466.405)	222.076	-	(2.164.544)	(502.235)	-	16.640	(275.465)	186.280	5.038.681	(67.903)	4.970.778

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Patrimônio líquido atribuível à Controladora															
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimen to no Exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e Perdas- Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	Total	Participações Não- Controladoras	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	630.011	61.453.920	(884.707)	-	(2.401.289)	(3.998.814)	859.370	(11.291)	(275.465)	(880.050)	119.491.685	335.447	119.827.132
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	1.922.171	(34.032)	1.170.858	-	(19.705)	-	(34.214)	3.005.078	42.783	3.047.861
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	3.108.800	-	-	-	-	-	-	3.108.800	42.783	3.151.583
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	(1.186.629)	(34.032)	1.170.858	-	(19.705)	-	(34.214)	(103.722)	-	(103.722)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(34.032)	-	-	-	-	-	(34.032)	-	(34.032)
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	(1.186.629)	-	1.170.858	-	-	-	-	(15.771)	-	(15.771)
Contratos de Previdência - IFRS 17		-	-	-	-	-	-	-	-	(19.705)	-	-	(19.705)	-	(19.705)
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.214)	(34.214)	-	(34.214)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial – ágio em aquisições de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial – Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(1.500.000)	-	-	-	-	-	-	(1.500.000)	-	(1.500.000)
Remuneração baseada em ações	11.d	-	(187.117)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(187.117)	-	(187.117)
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	-	160.484	-	-	-	-	-	-	-	160.484	-	160.484
Dividendos Prescritos		-	-	16.730	-	-	-	-	-	-	-	-	16.730	-	16.730
Lucro não Realizado		-	-	(205.301)	-	-	-	-	-	-	-	-	(205.301)	-	(205.301)
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros		-	-	111.701	-	-	-	-	-	-	-	-	111.701	674.951	786.652
Venda / Incorporação / Aquisição		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	682.847	682.847
Outros		-	-	111.701	-	-	-	-	-	-	-	-	111.701	(7.896)	103.805
Destinações:															
Reserva para equalização de dividendos		-	-	422.171	-	(422.171)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2025		65.000.000	442.894	61.799.221	(724.223)	-	(2.435.321)	(2.827.956)	859.370	(30.996)	(275.465)	(914.264)	120.893.260	1.053.181	121.946.441
Mutações no Período		-	(187.117)	345.301	160.484	-	(34.032)	1.170.858	-	(19.705)	-	(34.214)	1.401.575	717.734	2.119.309

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Período		3.151.583	3.060.928
Ajustes ao Lucro		7.315.425	31.997.186
Depreciação do Ativo Tangível	6.a	330.886	423.193
Amortização do Ativo Intangível		372.449	258.594
Perdas com Outros Ativos (Líquidas)		91.127	47.724
Provisões (Líquidas)		1.294.397	1.115.142
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)		7.264.611	6.799.369
Ganhos Líquidos na Alienação do Ativo Tangível, Investimentos e Ativos Não Correntes Mantidos para Venda		(47.389)	135.648
Participação no Resultado de Equivalência Patrimonial	5.a	(86.615)	(63.599)
Variação nos Ativos e Passivos Fiscais Diferidos		(1.134.472)	(929.388)
Atualização de Depósitos Judiciais		(158.356)	(165.175)
Atualização de Impostos a Compensar		(123.000)	(102.882)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.396)	1.472
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(488.233)	24.645.037
Outros		2.416	(167.949)
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais		19.936.173	(67.687.986)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		(15.312.787)	(30.676.331)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		121.148	45.283
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		43.546.217	(36.062.138)
Outros Ativos		(8.418.405)	(994.800)
Aumento (Decréscimo) Líquido nos Passivos Operacionais		5.441.802	13.275.281
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		(3.145.875)	16.387.884
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		7.335.539	(1.898.973)
Outros Passivos		1.252.138	(1.213.630)
Imposto Pago	12	(2.437.265)	(2.149.036)
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (1)		33.407.718	(21.503.627)
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(727.003)	(579.007)
Ativo Tangível		(106.746)	(119.225)
Ativo Intangível		(393.194)	(333.319)
Ativos não Correntes Mantidos para Venda		(227.063)	(126.463)
Alienação		359.416	275.555
Decréscimo em Participações		18.815	-
Ativo Tangível		124.663	79.607
Ativo Intangível		83.004	29.695
Ativos não Correntes Mantidos para Venda		132.934	166.253
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		316.041	336.117
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (2)		(51.546)	32.665
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição (Alienação) de Ações Próprias	11.d	160.484	253.508
Emissão de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo		29.094.550	2.510.268
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.457.244)	(1.575.482)
Pagamentos de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo		(26.482.377)	(1.962.101)
Pagamentos de Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(478.393)	-
Aumento (Decréscimo) em Participações Não-controladoras		682.847	(135.679)
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (3)		1.519.867	(909.486)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		2.396	(1.472)
Aumento (Redução) Líquido(a) nas Disponibilidades (1+2+3+4)		34.878.435	(22.381.920)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		67.200.905	89.417.760
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		102.079.340	67.035.840

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras intermediárias consolidadas condensadas para o trimestre findo em 31 de março de 2025, na reunião realizada em 12 de maio de 2025.

As referidas Demonstrações Financeiras foram objeto de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander e de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes.

b) Apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas (preparadas de acordo com o IAS 34)

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS®) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB®) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS® como “normas contábeis IFRS®”) e as interpretações emitidas pela IFRS® Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC®). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às Demonstrações Financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem as informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração. Não há alteração de práticas e políticas aplicáveis entre as Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e as Demonstrações completas.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

• **Alteração ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Santander não vislumbra impactos materiais.

c.2) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros

• **Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Os requisitos de aplicação da IFRS 9 são alterados incluindo contratos para comprar e receber eletricidade, além de permitir a utilização destes contratos em uma contabilidade de hedge. Inclui também requisitos de divulgação sobre estes contratos na IFRS 7. Adicionalmente, esclarecem que um passivo financeiro é desreconhecido na "data de liquidação" e introduzem uma escolha de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados usando um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação. Outros esclarecimentos incluem a classificação de ativos financeiros com características vinculadas a ESG por meio de orientação adicional sobre a avaliação de características contingentes. Divulgações adicionais são introduzidas para instrumentos financeiros com características contingentes e instrumentos de patrimônio classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As emendas são efetivas para os períodos de relatório iniciados a partir 1º de janeiro de 2026. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

• **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

• **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

• **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** que permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma é eficaz para os períodos de comunicação com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação anterior. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

c.3) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRSs, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.3.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

A **Nota 18.c** das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas de 31 de março de 2025, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de “Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado” na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

iii. Obrigações para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período mínimo de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários de IR e CS

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera recuperar ou pagar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos de prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Outros ativos fiscais diferidos (créditos de prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

c.4) Alteração na estratégia de negócios

No primeiro trimestre de 2025, o Banco Santander alterou sua forma de gerir parte da carteira de títulos públicos pré e pós-fixados, instrumentos financeiros integrantes de sua carteira denominada ALCO (assets and liability management). A nova estratégia está baseada em um perfil de investimento de longo prazo, visando garantir maior estabilidade financeira, evitando volatilidade no patrimônio líquido do Banco (inclusive para fins prudenciais). De acordo com essa estratégia, o Banco Santander possui intenção e capacidade de manter referidos títulos até seus respectivos vencimentos.

A Administração avalia a possibilidade e oportunidade de adotar a classificação contábil de Custo Amortizado (CA) para parte da carteira ALCO, a qual melhor reflete o objetivo da estratégia do modelo de negócio.

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na **Nota 5**.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		Participação Direta	31/03/2025
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		Participação Consolidado
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	50.159	—	100,00 %	100,00 %
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	—	100,00 %	100,00 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (Nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.)	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	—	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	—	100,00 %	100,00 %
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	—	95,00 %	95,00 %
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	—	100,00 %	100,00 %
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	—	100,00 %	100,00 %
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	872.186	—	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	14.067.640	14.067.640	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora	7.184	—	100,00 %	100,00 %
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	—	100,00 %	100,00 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	164	—	100,00 %	100,00 %
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	—	100,00 %	100,00 %
Pluse Client Expert Ltda. (nova denominação social da SX Negócios)	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	—	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Serviços	192.000	—	100,00 %	100,00 %
Controladas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	—	50,00 %	50,00 %
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Tecnologia	500.411	—	100,00 %	100,00 %
Controladas da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	—	100,00 %	100,00 %
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	461	—	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	—	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	—	100,00 %	100,00 %
Controlada Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A					
América Gestão Serviços em Energia S.A.	Energia	653	—	70,00 %	70,00 %
Fit Economia de Energia S.A.	Comércio de Energia	10.400	—	65,00 %	65,00 %
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	—	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora	21.559	—	59,64 %	59,64 %
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	—	13,23 %	13,23 %
Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	289.362	—	86,77 %	86,77 %
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	—	50,00 %	50,00 %
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	—	100,00 %	100,00 %

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo;
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (4);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet ;
- Agro Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (4);
- San Créditos Estruturados – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (4);
- D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4);
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
- Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
- Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; e
- Santander Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento.

- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas.
- (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam imóveis como garantia. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e de seu fundo exclusivo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (4) Fundo controlado pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Venda da totalidade da participação detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. (“SHI”) e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda. com a RFM-E Ltda. (“Operação”). A efetivação da Operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

b) Incorporação da Return Capital S.A. pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

Em 30 de setembro de 2024 foi realizada a incorporação total da Return Capital S.A. (“Return Capital”) pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) (“Return Participações”). A incorporação resultou em um aumento no capital social da Return Participações, no valor de R\$ 8.540.942.366,72 (oito bilhões, quinhentos e quarenta milhões, novecentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos), mediante a emissão de 439.224.359 (quatrocentos e trinta e nove milhões, duzentas e vinte e quatro mil, trezentas e cinquenta e nove) novas ações ordinárias. Como efeito da incorporação ocorreu a extinção da Return Capital, de pleno direito, sendo essa sucedida pela Return Participações em todos os seus direitos e obrigações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Incorporação da Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. pela Toro Investimentos S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills Labs") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Labs não implicou um aumento de capital social da Toro Investimentos, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Labs era detida pela Toro Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

d) Incorporação da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. pela Santander Holding Imobiliária S.A.

Em 28 de junho de 2024, a Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apê11") foi incorporada totalmente, tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Apê11 não implicou em um aumento de capital social da SHI, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Apê11 eram detidas pela SHI e, portanto, já estavam refletidas em sua conta de investimento por equivalência.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apê11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% remanescentes do capital social da Apê11 ("Operação"). Como resultado da Operação, a SHI passou a deter 100% do capital social da Apê11.

e) Joint-Venture entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Pluxee International e Pluxee Pay Brasil Ltda.

Em 27 de junho de 2024, após a conclusão das condições precedentes da operação anunciada em 24 de julho de 2023, o Banco Santander (Brasil) S.A. concluiu a constituição de uma Joint Venture com o Grupo Pluxee (anteriormente denominado Sodexo).

O racional econômico da operação está fundamentado essencialmente: (i) nas sinergias decorrentes da combinação dos negócios da Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A. (atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.") com o Grupo Pluxee no Brasil e (ii) na capacidade da empresa de explorar a base de clientes do Santander para a oferta dos seus produtos e serviços (i.e. na capilaridade do balcão do Santander).

Para a formação da Joint Venture, o Banco Santander aportou o valor equivalente a R\$ 2.044 milhões atribuído: (i) ao seu investimento na sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A. (atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A."); (ii) a uma parcela de recursos em dinheiro; (iii) ao contrato de exclusividade para exploração de sua base de clientes.

Como resultado da operação, o Banco Santander e o Grupo Pluxee, passaram a deter 20% e 80% de participação, respectivamente, no capital social da Pluxee Benefícios Brasil S.A. ("Pluxee"), veículo de investimento da Joint-Venture.

f) Incorporação da Mobills Corretora de Seguros Ltda. pela Toro Asset Management S.A.

Em 31 de maio de 2024, a Mobills Corretora de Seguros Ltda. ("Mobills Corretora") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Corretora não implicou um aumento de capital social da Toro Asset, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Corretora era detida pela Toro Asset e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

g) Aquisição da parcela remanescente da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) pela Return Capital S.A.

Em 17 de maio de 2024, a Return Capital S.A. ("Return"), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou, junto aos sócios minoritários da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) ("Gira"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 20% do capital social da Gira detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da Gira.

h) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 12 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") formalizou, em conjunto com os acionistas da América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

com vistas a aquisição de 70% do capital social total e votante da América Energia ("Operação"). A conclusão da Operação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 04 de julho de 2024, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 70% da participação acionária da América Energia.

i) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 06 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que passou a deter 65% do capital social da Companhia ("Operação").

j) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A. e incorporação pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 03 de janeiro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes, o Banco Santander concluiu a operação para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, passou a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada a incorporação da Toro Participações S.A. pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

3. Ativos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está demonstrada abaixo:

	31/03/2025			
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	108.757.003	-	93.173.725	201.930.728
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	-	-	42.543.179	42.543.179
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	42.544.345	42.544.345
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(1.166)	(1.166)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	3.107.120	-	536.194.189	539.301.309
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (1)	3.107.120	-	569.737.932	572.845.052
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(33.543.743)	(33.543.743)
Instrumentos de dívida, líquidos	96.393.350	94.730.455	90.836.166	281.959.971
Sendo:				
Instrumentos de dívida, bruto	96.393.350	94.730.455	92.973.743	284.097.548
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(2.137.577)	(2.137.577)
Instrumentos de patrimônio	2.816.802	17.114	-	2.833.916
Derivativos	39.299.896	-	-	39.299.896
Total	250.374.171	94.747.569	762.747.259	1.107.868.999

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/12/2024			
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	75.360.387	-	92.439.824	167.800.211
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	-	-	30.177.627	30.177.627
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	30.179.048	30.179.048
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(1.421)	(1.421)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	4.911.803	-	561.178.111	566.089.914
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (1)	4.911.803	-	594.776.041	599.687.844
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(33.597.930)	(33.597.930)
Instrumentos de dívida, líquidos	107.585.055	92.058.907	84.529.222	284.173.184
Sendo:				
Instrumentos de dívida, bruto	107.585.055	92.058.907	86.598.778	286.242.740
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(2.069.556)	(2.069.556)
Instrumentos de patrimônio	2.968.823	19.633	-	2.988.456
Derivativos	40.175.818	-	-	40.175.818
Total	231.001.886	92.078.540	768.324.784	1.091.405.210

(1) Em 31 de março de 2025, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a operações da carteira de crédito cedida é de R\$ 19.719 (31/12/2024 – R\$21.024) e R\$18.286 (31/12/2024 – R\$19.740) de "Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Intermediárias consolidadas do Banco referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 31 de março de 2025 o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (impairment). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de Outros Resultados Abrangentes.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito, adiantamentos a clientes e Instrumento de Dívida

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito, Adiantamentos a Clientes e Instrumento de Dívida" (1) nos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024 foram as seguintes:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Saldo no início do período	35.668.907	35.152.071
Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros	6.871.461	6.356.327
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(6.830.260)	(6.329.780)
Variação Cambial	(27.622)	8.752
Saldo no final do período (Nota 3.a)	35.682.486	35.187.370
Provisões para compromissos contingentes (Nota 10.a)	465.097	396.250
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	36.147.583	35.583.620
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	236.236	143.594
Desconto Concedido	(629.386)	(586.636)

(1) Inclui Provisão para Perdas de Contratos de garantias Financeiras Prestadas.

Considerando os valores reconhecidos em "Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros", "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido" totalizam R\$7.264.611 e R\$6.799.369 nos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos, adiantamentos a clientes e Instrumentos de Dívida" considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024 são os seguintes:

	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Saldo no início do período	42.242.354	39.886.905
Adições líquidas	8.103.808	6.151.811
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(7.498.391)	(6.714.966)
Saldo no final do período	42.847.771	39.323.750

d) Provisões para Perdas de Contratos de Garantias Financeiras Prestadas

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado à despesa de provisão que reflita o risco de crédito no caso de garantias honradas e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para os períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024.

	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Saldo no início do período	440.113	378.145
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de contratos de garantias financeiras prestadas	22.094	18.105
Saldo no final do período	462.207	396.250

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos

Controle Conjunto

O Banco Santander e suas controladas consideram os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			31/03/2025	31/12/2024
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	15,56%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Controlada da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	Brasil	51,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	Brasil	66,67%	66,67%
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.				
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tecnologia Bancária S.A				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tbnet				
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Núcleo S.A.	Outras Atividades	Brasil	17,53%	17,53%
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	Benefícios	Brasil	20,00%	20,00%
Santander Auto S.A	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros				
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósitos aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A	Outras Atividades	Brasil	20,00%	20,00%
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras Atividades	Brasil	16,66%	16,66%
Webmotors S.A.	Outras Atividades	Brasil	30,00%	30,00%

	31/03/2025			31/12/2024		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	13.110.225	13.062.588	47.637	14.064.119	13.920.211	212.081
Banco RCI Brasil S.A.	11.889.011	11.838.094	50.917	12.806.942	12.663.035	239.839
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	3.859	3.845	14	1.784	1.783	1
Gestora de Inteligência de Crédito	1.217.355	1.220.649	(3.294)	1.255.393	1.255.393	(27.759)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.940.666	2.943.797	(3.131)	3.003.077	3.034.120	(31.043)
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	2.696.738	2.695.044	1.694	2.752.924	2.755.450	(2.526)
Hyundai Corretora de Seguros	7.657	7.354	303	7.152	5.753	1.399
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	211.652	211.942	(290)	211.773	211.538	235
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (1)	24.619	29.457	(4.838)	31.228	61.379	(30.151)
Influência Significativa do Banco Santander	10.661.702	10.465.929	195.773	11.442.660	10.558.737	883.923
Núcleo S.A.	2.181.827	2.072.084	109.743	2.779.787	2.212.634	567.153
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	8.034.687	7.961.813	72.874	8.240.021	7.974.827	265.194
Santander Auto S.A.	445.188	432.032	13.156	422.852	371.276	51.576
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	633.770	603.406	30.364	634.889	510.446	124.443
Webmotors S.A.	633.770	603.406	30.364	634.889	510.446	124.443
Total	27.346.363	27.075.720	270.643	29.144.745	28.023.514	1.189.404

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/03/2025 a posição de 28/02/2024.

(2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista, ou seja, as decisões exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle".

	Investimentos		Resultado	
	31/03/2025	31/12/2024	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Controle conjunto do Banco Santander	640.526	644.426	9.519	17.677
Banco RCI Brasil S.A.	588.361	591.951	9.828	18.658
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	424	387	38	-
Gestora de Inteligência de Crédito	51.741	52.088	(347)	(981)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.459	2.307	152	137
Hyundai Corretora de Seguros	2.459	2.307	152	137
Influência Significativa do Banco Santander	2.392.944	2.422.571	63.933	28.339
Núcleo S.A.	336.121	306.521	29.587	21.946
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	2.009.382	2.059.643	27.769	-
Santander Auto S.A.	47.441	56.407	6.577	6.393
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	544.867	570.872	13.011	17.446
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	245.393	248.951	(3.526)	3.965
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	38.508	41.027	(2.520)	(1.466)
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	1.473	2.923	(1.449)	(1.413)
Webmotors S.A.	259.493	277.971	20.506	16.360
Total	3.580.796	3.640.176	86.615	63.599

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024:

	01/01 a 31/03/2025		01/01 a 31/03/2024	
	Controle	Influência	Controle	Influência
	Conjunto	Significativa	Conjunto	Significativa
Saldo no início do exercício	975.731	2.664.444	878.944	730.836
Ajuste ao Valor de Mercado	(13.418)	(163)	5.293	2.656
Baixas	—	—	197	—
Resultados equivalência patrimonial	9.671	76.944	25.293	38.306
Dividendos propostos/recebidos	—	(113.598)	(2.269)	(210.248)
Adição / Aumento de Capital em Controlada em Conjunto	—	(18.815)	—	—
Saldo no final do período	971.984	2.608.812	907.458	561.550
Total dos Investimentos		3.580.796		1.469.008

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

d) Outras informações

Detalhes da principal empresa controlada em conjunto:

- **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

6. Ativo imobilizado

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 31 de março de 2025 e de 2024.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizados em Curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.515.947	2.124.656	1.059.363	371.584	844.995	105.355	6.021.900
Adições	6	11.642	1.338	4.780	15.786	73.194	106.746
Baixas	(3.439)	(29.038)	(62.731)	6.585	(35.975)	(65)	(124.663)
Depreciações do período	(17.407)	(126.847)	(122.127)	(21.022)	(42.768)	(715)	(330.886)
Transferências	-	47.955	-	27.214	23.825	(102.072)	(3.078)
Saldos em 31 de março de 2025	1.495.107	2.028.368	875.843	389.141	805.863	75.697	5.670.019

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

Para uma melhor apresentação, foram realocadas as categorias das diferentes classes de ativos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Perdas por não recuperação

No período findo em 31 de março de 2025 não houve impacto de perdas por não recuperação (31/12/2024 – R\$ 14.720)

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Banco não possui valores compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível.

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (**Nota 1.c.3.1.v**) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (**Nota 15**).

Ao longo do período, não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável do ágio.

	31/03/2025	31/12/2024
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.566	27.217.566
Em Dia Serviços Especializados em Cobranças Ltda. (Nova denominação da Liderança Serviços Especializados em Cobranças LTDA.)	184.447	184.447
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	160.770	160.770
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	42.135	42.135
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	21.304	21.304
Monetus Investimentos S.A.	39.919	39.919
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	39.589	39.589
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.590	32.590
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	9.777	9.777
FIT Economia de Energia S.A.	3.992	3.992
América Gestão Serviços em Energia S.A	27.286	61.608
Total	27.858.556	27.892.878

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Banco Comercial
31/12/2024

Principais premissas:

Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo (1)	4,5 %
Taxa de desconto antes de impostos (2)	20,8 %
Taxa de desconto (2)	13,6 %

Em Dia **Toro Corretora**
31/12/2024

Principais premissas:

Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	3,6 %	3,6 %
Taxa de desconto	13,6 %	15,2 %

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente.

Ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de impairment. No período findo em 31 de março de 2025 e exercício de 2024 não houve evidências de impairment. No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados.

8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2024 a 31/03/2025			31/12/2023 a 31/03/2024		
	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	4.828.519	105.400	4.933.919	4.203.147	319.798	4.522.945
Adições	342.840	50.354	393.194	333.319	-	333.319
Baixas	(26.009)	(22.673)	(48.682)	(29.695)	-	(29.695)
Transferências	35.978	7.927	43.905	-	-	-
Amortizações no período	(367.796)	(4.653)	(372.449)	(245.206)	(13.388)	(258.594)
Saldo final	4.813.532	136.355	4.949.887	4.261.565	306.410	4.567.975
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos		5 anos	Até 5 anos	

As despesas com amortização foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

9. Passivos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em “Derivativos utilizados como Hedge”, em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	31/03/2025		
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	167.832.517	167.832.517
Depósitos de clientes	-	608.159.302	608.159.302
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.738.654	140.210.930	143.949.584
Derivativos	36.156.533	-	36.156.533
Posições vendidas	39.681.548	-	39.681.548
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	23.448.586	23.448.586
Outros passivos financeiros	-	75.038.852	75.038.852
Total	79.576.735	1.014.690.187	1.094.266.922

	31/12/2024		
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	158.565.482	158.565.482
Depósitos de clientes	-	605.068.163	605.068.163
Obrigações por títulos e valores mobiliários	4.045.496	135.632.632	139.678.128
Derivativos	39.280.448	-	39.280.448
Posições vendidas	39.396.666	-	39.396.666
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	23.137.784	23.137.784
Outros passivos financeiros	-	79.177.179	79.177.179
Total	82.722.610	1.001.581.240	1.084.303.850

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos à vista (1)	1.487.425	858.846
Depósitos a prazo (2)	128.102.877	126.587.555
Operações compromissadas	38.242.215	31.119.081
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (3)	775.306	13.688
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	37.466.909	31.105.393
Total	167.832.517	158.565.482

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Fime) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.2) Depósitos de clientes

	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos à vista	103.015.093	98.666.550
Contas correntes (1)	48.325.011	41.297.264
Cadernetas de poupança	54.690.082	57.369.286
Depósitos a prazo	416.980.638	425.286.952
Operações compromissadas	88.163.571	81.114.661
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	12.536.294	13.688.402
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	75.627.277	67.426.259
Total	608.159.302	605.068.163

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	31/03/2025	31/12/2024
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	42.575.875	45.798.532
Eurobonds	16.312.153	19.851.326
Letras financeiras (2)	31.841.629	24.515.804
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	35.541.730	32.447.165
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	17.678.197	17.065.301
Total	143.949.584	139.678.128

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de março de 2025, possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034 (31/12/2024 – com prazo de vencimento entre 2025 e 2034).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de março de 2025, possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034 (31/12/2024 - com prazo de vencimento entre 2025 e 2034).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de março de 2025, possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2045 (31/12/2024 - com prazo de vencimento entre 2025 e 2035).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores imobiliários" no período findo em 31 de março de 2025 e de 2024 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Saldo no início do período	139.678.128	130.383.015
Emissões	29.094.550	2.510.268
Pagamentos	(26.482.377)	(1.962.101)
Juros	5.865.182	1.101.575
Variação cambial e outros	(4.205.899)	(355.666)
Saldo no final do período	143.949.584	131.677.091

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2025	2024
2021	2031	Até 9% + CDI	2.773.224	4.195.534
2022	2035	Até 9% + CDI	1.392.267	1.459.607
2023	2031	Até 9% + CDI	2.741.553	3.102.939
2024 (1)	2035	Até 9% + CDI	5.895.862	11.093.246
2025	2035	Até 9% + CDI	3.509.247	-
Total			16.312.153	19.851.326

(1) Inclui taxa SOFR - Secured Overnight Finance Rate.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	31/03/2025	31/12/2024
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	8.274.373	7.995.673
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	311.976	301.468
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	7.185.179	6.949.991
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	sem prazo (perpétuo)	R\$7.600	CDI+1,4%	7.677.059	7.890.652
Total					23.448.586	23.137.784

(1) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 a setembro 24 possuem opção de resgate e recompra.

(2) Letras Financeiras emitidas em setembro 2024 possuem opção de resgate e recompra, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 05 de março de 2025.

As letras possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Saldos no início do período	23.137.784	19.626.967
Juros Nível I (1)	258.134	417.804
Juros Nível II (1)	531.061	153.005
Variação Cambial	-	197.136
Pagamento de juros - Nível I	(478.393)	-
Saldo no final do período	23.448.586	20.394.912

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item “Provisões” é a seguinte:

	31/03/2025	31/12/2024
Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares (1)	1.316.374	1.364.437
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	10.300.055	9.612.493
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496
Processos judiciais e administrativos	9.526.606	9.065.853
Sendo:		
Cíveis	3.501.069	3.330.621
Trabalhistas	3.146.765	2.946.482
Fiscais e Previdenciárias	2.878.772	2.788.750
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	465.097	440.113
Provisões diversas	307.856	106.031
Total	11.616.429	10.976.930

(1) O montante inclui os efeitos da obrigação constituída em função da transação firmada entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos em 27 de junho de 2024. Vide detalhes no item b.2.

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 1.184 milhões (31/12/2024 - R\$1.167 milhões) no Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 144 milhões no Consolidado (31/12/2024 - R\$ 142 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$ 335 milhões no Consolidado (31/12/2024 - R\$ 366 milhões no Consolidado): : o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 10.b.4**.

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença. Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 36.027 milhões no Consolidado (31/12/2024 - R\$ 35.834 milhões no Consolidado), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 31 de março de 2025, o valor envolvido é de R\$ 2.254 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 9.828 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 3.615 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 6.692 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 1.108 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 2.568 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 800 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 580 milhões.

IRRF – Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 1.264 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$ 580 milhões, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – Ação coletiva ajuizada pela AFABESP pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. Inicialmente a ação foi julgada desfavoravelmente ao Banco Santander que recorreu desta decisão inicial e em 23 de agosto de 2024, foi julgado favorável ao Banco Santander. Desta nova decisão, em 30 de agosto de 2024, a AFABESP opôs Embargos de Declaração que estão pendentes de julgamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$ 3.273 milhões, tendo como principal processo:

Ação Indenizatória Referente à Serviços de Custódia prestadas pelo Banco Santander. O processo está em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requer a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros estatutária.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em Milhares de Ações					
	31/03/2025			31/12/2024		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	137.069	162.933	300.002	138.618	164.502	303.120
De Domiciliados no Exterior	3.681.626	3.516.903	7.198.529	3.680.077	3.515.334	7.195.411
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(13.830)	(13.830)	(27.660)	(19.452)	(19.452)	(38.904)
Total em Circulação	3.804.865	3.666.006	7.470.871	3.799.243	3.660.384	7.459.627

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

							31/03/2025
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(2)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Total	1.500.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2025.

							31/12/2024
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.500.000	191,84	221,02	412,86	163,06	179,37	342,43
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	191,62	210,78	402,40	162,88	179,16	342,04
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	191,67	210,83	402,50	162,92	179,21	342,13
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.300.000	166,10	182,71	348,81	141,18	155,30	296,48
Dividendos intercalares (4)(5)	200.000	25,55	28,11	53,66	25,55	28,11	53,66
Total	6.000.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2024, pagos no dia 08 de fevereiro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2024, pagos no dia 15 de maio de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2024, pagos no dia 09 de agosto de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2024, pagos no dia 08 de novembro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2024

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2024, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de março de 2025, o Banco Santander possuía 360.321.205 ações ordinárias e 388.125.615 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

	Em Milhares de Ações	
	31/03/2025	31/12/2024
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	19.451	27.193
Aquisições de Ações	-	2.770
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(5.622)	(10.511)
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.829	19.452
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 722.452	882.936
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 724.223	884.707
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	27,46
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	49,55
Cotação da Ação	R\$ 26,72	24,93

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

12. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de três meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Resultado Operacional antes da tributação	4.619.867	4.416.906
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	(2.078.940)	(1.987.608)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	(1.278.737)	(951.423)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	38.977	28.619
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (2)	382.631	319.957
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	42.501	(26.953)
Juros sobre o capital próprio	675.000	625.479
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (3)	194.221	172.928
Outros ajustes	556.064	463.023
Impostos sobre a renda	(1.468.284)	(1.355.978)
Sendo:		
Impostos correntes	(2.602.756)	(2.365.907)
Impostos diferidos	1.134.472	1.009.929
Impostos pagos no período	(2.437.265)	(2.149.036)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que são diferenças permanentes.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais as alíquotas de contribuição social são de 9% e 15%.

13. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Remuneração direta	1.870.538	1.790.286
Encargos	435.366	430.569
Benefícios	433.892	419.505
Planos de pensão de benefício definido	1.359	1.567
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	112.895	96.410
Remuneração baseada em ações (1)	27.862	61.080
Treinamento	21.040	18.501
Outras despesas de pessoal	109.403	108.897
Total	3.012.355	2.926.815

(1) Em 2024 refere-se a provisão do bônus referenciado em ações.

b) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Imóveis, instalações e materiais	176.590	223.787
Tecnologia e sistemas	726.305	573.667
Publicidade	119.257	120.839
Comunicações	76.566	90.567
Ajudas de custo e despesas de viagem	54.451	44.449
Tributos exceto imposto sobre a renda	36.537	25.795
Serviços de vigilância e transporte de valores	105.972	124.305
Prêmios de seguros	6.065	5.928
Serviços técnicos especializados	525.260	505.031
Outras despesas administrativas	405.747	340.955
Total	2.232.750	2.055.323

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a		01/01 a	
				31/03/2025		31/03/2024	
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2024 a 12/2027	2024	R\$	- (1)	R\$	1.050.000 (1)
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$	- (1)	R\$	12.270.000 (1)
		01/2023 a 12/2025	2025 e 2026	R\$	1.750.000 (1)	R\$	750.000 (1)
		01/2025 a 12/2028	2029		2.500.000 (1)		- (1)
		01/2024 a 12/2027	2025		- SANB11		9.876 SANB11
		01/2024 a 12/2027	2026, 2027 e 2028		500.000 SANB11 (2)		- SANB11
		01/2021 a 12/2024	2024		- SANB11		207.518 SANB11
		01/2022 a 12/2025	2025		118.363 SANB11		91.456 SANB11
		01/2023 a 12/2026	2026		15.637 SANB11		- SANB11
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2023, com limite para exercício das opções até 2030			420.394 Opções ações Globais (3)		420.394 Opções ações Globais (3)
		02/2024	EUR 2,685		- Ações Globais (3)		101.288 Ações Globais (3)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029			110.534 Opções ações Globais (3)		302.170 Opções ações Globais (3)
		2025	EUR 3,104		95.786 Ações Globais (3)		95.786 Ações Globais (3)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030			45.978 Opções ações Globais (3)		367.827 Opções ações Globais (3)
		2026	EUR 3,088		175.476 Ações Globais (3)		199.680 Ações Globais (3)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033			472.469 Opções ações Globais (3)		537.637 Opções ações Globais (3)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032	EUR 63,95		8.528 Opções ações Globais (3)		9.095.000 Opções ações Globais (3)
		2028, com limite para exercício das opções até 2033	EUR 71,42		2.411 Opções ações Globais (3)		1.898.813 Opções ações Globais (3)
		2029	EUR 54,14		5.340 Ações Globais (3)		- Ações Globais (3)
		12/2024, com pagamento em 2025	-		50.419 SANB11		50.419 SANB11
		12/2025, com pagamento em 2026	-		70.346 SANB11		70.346 SANB11
				R\$	4.250.000 (1)	R\$	14.070.000 (1)
Saldo dos Planos em 31 de março de 2025					754.765 SANB11		429.616 SANB11
					276.602 Ações Globais (3)		396.754 Ações Globais (3)
					1.060.314 Opções Ações Globais (3)		1.628.028 Opções Ações Globais (3)

(1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento. Plano finalizado, com pagamento ao longo de 2024 de 551.572 ações e cancelamento do montante de R\$ 1.820.000, pelo não cumprimento dos requisitos do contrato.

(2) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento. Ao longo do 1.Tri/2025 tivemos pagamento parcial do plano com entrega de 26.769 ações.

(3) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos 6 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções globais, com pagamento após um período de diferimento mínimo de três anos e liquidação do valor da venda dos ativos em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

As opções expiram de acordo com cada plano até 02/2033 e o preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com vesting de 3 anos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais. O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de vesting o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos e em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a	01/01 a
		31/03/2025	31/03/2024
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil) e	1.709	2.351
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	1.677	1.922

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	102.891	55.332
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	73.394	54.595

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- (c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos: o Banco Comercial, que inclui pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global), e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Demonstração (Condensada) do Resultado	01/01 a 31/03/2025			01/01 a 31/03/2024		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	13.208.855	1.616.876	14.825.731	12.143.218	1.243.710	13.386.928
Receitas de instrumentos de patrimônio	3.833	23.174	27.007	1.815	198	2.013
Resultado de equivalência patrimonial	56.375	30.240	86.615	52.621	10.978	63.599
Receitas líquidas de tarifas e comissões	3.720.304	491.960	4.212.264	3.429.557	500.313	3.929.870
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(365.738)	583.036	217.298	440.032	568.083	1.008.115
Outras receitas (despesas) operacionais	(163.728)	(34.134)	(197.862)	(175.424)	(36.190)	(211.614)
TOTAL DE RECEITAS	16.459.901	2.711.152	19.171.053	15.891.819	2.287.092	18.178.911
Despesas com pessoal	(2.727.688)	(284.667)	(3.012.355)	(2.675.646)	(251.169)	(2.926.815)
Outras despesas administrativas	(1.982.076)	(250.674)	(2.232.750)	(1.841.403)	(213.920)	(2.055.323)
Depreciação e amortização	(663.761)	(39.574)	(703.335)	(647.911)	(33.876)	(681.787)
Provisões (líquidas)	(1.310.017)	15.620	(1.294.397)	(1.109.282)	(5.860)	(1.115.142)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(7.252.162)	(12.449)	(7.264.611)	(6.753.193)	(46.176)	(6.799.369)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(91.116)	(11)	(91.127)	(47.724)	—	(47.724)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	47.389	—	47.389	(135.845)	—	(135.845)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	2.480.470	2.139.397	4.619.867	2.680.815	1.736.091	4.416.906
Hedge Cambial (1)	—	—	—	76	—	76
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	2.480.470	2.139.397	4.619.867	2.680.891	1.736.091	4.416.982

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos

Outros:	31/03/2025			31/12/2024		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	1.160.674.800	91.831.394	1.252.506.194	1.143.663.122	95.133.688	1.238.796.810
Empréstimos e adiantamentos a clientes	460.157.530	79.143.779	539.301.309	484.849.401	81.240.513	566.089.914
Depósitos de clientes	450.754.132	157.405.170	608.159.302	446.780.888	158.287.275	605.068.163

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2025, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 600.000.000 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2025.

i) Benefícios de curto e longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Remuneração Fixa	33.847	32.247
Remuneração variável - Em espécie	51.585	53.650
Remuneração variável - Em ações	44.482	44.348
Outras	28.853	26.476
Total Benefícios de Curto Prazo	158.767	156.721
Remuneração variável - Em espécie	85.349	63.288
Remuneração variável - Em ações	76.142	63.779
Total Benefícios de Longo Prazo	161.491	127.067
Total	320.258	283.788

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2025, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$ 10.613 (31/03/2024 - R\$12.605).

ii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios poderão ser descontinuados.

b) Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (6) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (7) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

						Em Milhares de Ações
						31/03/2025
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	2.828	0,1 %	2.828	0,1 %	5.655	0,1 %
Outros	356.245	9,3 %	384.050	10,4 %	740.295	9,9 %
Total em Circulação	3.799.243	99,5 %	3.660.385	99,5 %	7.459.628	99,5 %
Ações em Tesouraria	19.452	0,5 %	19.452	0,5 %	38.903	0,5 %
Total	3.818.695	100,0 %	3.679.836	100,0 %	7.498.531	100,0 %
"Free Float" (2)	356.245	9,3 %	384.050	10,4 %	740.295	9,9 %

						Em Milhares de Ações
						31/12/2024
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.754	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	2.828	0,1 %	2.828	0,1 %	5.656	0,1 %
Outros	356.245	9,3 %	384.050	10,4 %	740.295	9,9 %
Total em Circulação	3.799.243	99,5 %	3.660.385	99,5 %	7.459.628	99,5 %
Ações em Tesouraria	19.452	0,5 %	19.452	0,5 %	38.904	0,5 %
Total	3.818.695	100,0 %	3.679.837	100,0 %	7.498.532	100,0 %
"Free Float" (2)	356.245	9,3 %	384.050	10,4 %	740.295	9,9 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta as transações ocorridas entre as empresas do grupo:

	Controladores (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativo	10.571.513	18.182.830	26.435.738	28.222.527	107.314	58.891	37.114.565	46.464.248
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	1.297.445	(333.181)	-	-	-	-	1.297.445	(333.181)
Instrumentos de Dívida	-	-	25.095	67.071	-	-	25.095	67.071
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	9.053.154	18.514.514	2.042.604	385.458	-	-	11.095.758	18.899.972
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	24.170.602	27.571.123	84.277	36.420	24.254.879	27.607.543
Outros ativos	220.914	1.497	197.437	198.875	-	-	418.351	200.372
Garantias e Limites	-	-	-	-	23.037	22.471	23.037	22.471
Passivo	(1.035.442)	(304.650)	(10.126.450)	(10.423.148)	(755.321)	(618.068)	(11.917.213)	(11.345.866)
Depósitos de instituições de crédito	(967.937)	(11.181)	(904.782)	(596.956)	-	-	(1.872.719)	(608.137)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(675.900)	(519.000)	-	(39.904)	(675.900)	(558.904)
Depósitos de clientes	-	-	(1.352.338)	(1.946.618)	(55.447)	(29.246)	(1.407.785)	(1.975.864)
Outros passivos financeiros	-	-	(7.026.244)	(7.268.606)	-	-	(7.026.244)	(7.268.606)
Outras obrigações	(67.505)	(293.469)	(167.186)	(91.968)	(699.874)	(548.918)	(934.565)	(934.355)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/12/2024
Resultado	1.965.505	(166.180)	146.946	587.858	(385.046)	(280.564)	1.727.405	141.114
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	77.754	94.082	51.066	16.780	-	821	128.820	111.683
Garantias e Limites	-	-	-	-	6	4.971	6	4.971
Despesas com juros e similares	(13.056)	-	(62.832)	(44.947)	(385.251)	(285.249)	(461.139)	(330.196)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(214)	(39.304)	312.870	1.031.433	198	(1.143)	312.854	990.986
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	1.949.294	(107)	(172)	(381.681)	-	36	1.949.122	(381.752)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	26.280	-	-	-	26.280	-
Despesas administrativas e amortização	(48.273)	(67.846)	(180.266)	(30.677)	-	-	(228.539)	(98.523)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na Nota 5.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 31 de março de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/03/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	84.856.220	163.361.021	2.156.930	250.374.171
Instrumentos de dívida	82.596.960	12.975.612	820.778	96.393.350
Instrumentos de patrimônio	2.259.260	524.850	32.692	2.816.802
Derivativos	-	38.304.406	995.490	39.299.896
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2.799.150	307.970	3.107.120
Reservas no Banco Central do Brasil	-	108.757.003	-	108.757.003
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	91.388.466	-	3.359.103	94.747.569
Instrumentos de dívida	91.373.634	-	3.356.821	94.730.455
Instrumentos de patrimônio	14.832	-	2.282	17.114
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Ativo)	-	13.208	-	13.208
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	78.776.864	799.871	79.576.735
Derivativos	-	35.356.662	799.871	36.156.533
Posições vendidas	-	39.681.548	-	39.681.548
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	3.738.654	-	3.738.654
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Passivo)	-	94.327	-	94.327

	31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	90.905.041	132.973.627	7.123.218	231.001.886
Instrumentos de dívida	88.260.075	15.624.289	3.700.691	107.585.055
Instrumentos de patrimônio	2.644.966	296.834	27.023	2.968.823
Derivativos	-	39.468.524	707.294	40.175.818
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2.223.593	2.688.210	4.911.803
Reservas no Banco Central do Brasil	-	75.360.387	-	75.360.387
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	88.640.516	-	3.438.024	92.078.540
Instrumentos de dívida	88.620.903	-	3.438.004	92.058.907
Instrumentos de patrimônio	19.613	-	20	19.633
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Ativo)	-	30.481	-	30.481
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	82.213.242	509.368	82.722.610
Derivativos	-	38.771.080	509.368	39.280.448
Posições vendidas	-	39.396.666	-	39.396.666
Outros Passivos Financeiros	-	4.045.496	-	4.045.496
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Passivo)	-	129.826	-	129.826

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os períodos de 31 de março de 2025 e de 2024 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor justo 31/12/2024	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 31/03/2025
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	7.123.218	390.292	(2.518.353)	(2.838.227)	2.156.930
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	3.438.024	(11.758)	(114.168)	47.005	3.359.103
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	509.368	1.922.299	(1.070.759)	(561.037)	799.871

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Valor justo 31/12/2023	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 31/03/2024
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6.568.685	(67.560)	(4.276.225)	4.898.318	7.123.218
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	2.610.638	(167.705)	(98.568)	1.093.659	3.438.024
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	914.261	(214.958)	(189.987)	52	509.368

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	31/03/2025				
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	26.989.437	26.989.437	26.989.437	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	42.543.179	42.543.179	-	17.979.966	24.563.213
Empréstimos e adiantamentos a clientes	536.194.189	530.311.736	-	-	530.311.736
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	90.836.166	90.521.432	32.727.633	42.844	57.750.955
Reservas no Banco Central do Brasil	93.173.725	93.173.725	-	93.173.725	-
Total	789.736.696	783.539.509	59.717.070	111.196.535	612.625.904

	31/12/2024				
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	37.084.254	37.084.254	37.084.254	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	30.177.627	30.177.627	-	6.757.021	23.420.606
Empréstimos e adiantamentos a clientes	561.178.111	554.791.402	-	-	554.791.402
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	84.529.222	84.380.507	34.616.776	-	49.763.731
Reservas no Banco Central do Brasil	92.439.824	92.439.824	-	92.439.824	-
Total	805.409.038	798.873.614	71.701.030	99.196.845	627.975.739

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros ao custo amortizado do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

					31/03/2025
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	167.832.517	167.832.517	-	38.242.215	129.590.302
Depósitos de clientes	608.159.302	608.479.775	-	88.453.588	520.026.187
Obrigações por títulos e valores mobiliários	140.210.930	142.453.850	-	-	142.453.850
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	23.448.586	23.448.586	-	-	23.448.586
Outros passivos financeiros	75.038.852	75.038.852	-	-	75.038.852
Total	1.014.690.187	1.017.253.580	-	126.695.803	890.557.777

	31/12/2024				
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	158.565.482	158.565.482	-	35.608.595	122.956.887
Depósitos de clientes	605.068.163	605.831.373	-	81.663.106	524.168.267
Obrigações por títulos e valores mobiliários	135.632.632	137.664.088	-	-	137.664.088
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	23.137.784	23.137.784	-	-	23.137.784
Outros passivos financeiros	79.177.179	79.177.179	-	-	79.177.179
Total	1.001.581.240	1.004.375.906	-	117.271.701	887.104.205

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes - O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes - O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários - Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

Outros passivos financeiros - conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na **Nota 1.c.3.1.i**.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outras Divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor justo:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	10.665.554	11.411.422	16.710.659	16.746.167
Prêmios de Opções a Exercer	3.917.756	3.754.819	4.960.933	4.455.074
Contratos a Termo e Outros	24.729.794	21.084.619	18.534.707	18.209.033
Total	39.313.104	36.250.860	40.206.299	39.410.274

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

			31/03/2025			31/12/2024
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	946.143.544	(6.524.664)	(745.868)	858.277.413	(5.247.457)	(35.508)
Ativo	469.806.603	6.843.729	10.665.554	421.892.846	11.989.199	16.710.659
Juros	210.265.370	4.536.025	4.696.340	212.769.602	8.288.494	9.155.516
Moeda Estrangeira	259.541.233	2.307.704	5.969.214	207.863.441	3.593.516	7.449.012
Outros	-	-	-	1.259.803	107.189	106.131
Passivo	476.336.941	(13.368.393)	(11.411.422)	436.384.567	(17.236.656)	(16.746.167)
Juros	339.744.518	(11.876.842)	(9.832.077)	300.101.297	(13.645.096)	(13.848.265)
Moeda Estrangeira	135.605.451	(1.491.551)	(1.576.029)	133.470.413	(3.588.425)	(2.726.684)
Outros	986.972	-	(3.316)	2.812.857	(3.135)	(171.218)
Opções	834.260.175	(1.874.078)	162.939	538.580.487	(1.728.092)	505.859
Compromissos de Compra	375.604.641	2.849.215	3.917.756	248.136.848	2.889.580	4.960.933
Opções de Compra Moeda Estrangeira	14.510.274	1.133.571	1.385.927	17.652.929	1.170.432	2.035.002
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.880.792	436.508	269.587	10.969.754	449.432	297.814
Opções de Compra Outras	45.808.621	776.045	2.106.870	25.078.274	769.593	2.530.004
Mercado Interfinanceiro	4.164.040	423.061	1.132.521	4.228.408	420.720	1.456.616
Outras (2)	41.644.581	352.984	974.349	20.849.866	348.873	1.073.388
Opções de Venda Outras	304.404.954	503.091	155.372	194.435.891	500.123	98.113
Mercado Interfinanceiro	179.451	100.408	112.380	553.161	111.802	80.262
Outras (2)	304.225.503	402.683	42.992	193.882.730	388.321	17.851
Compromissos de Venda	458.655.534	(4.723.293)	(3.754.819)	290.443.639	(4.617.672)	(4.455.074)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	10.589.604	(590.480)	(454.097)	10.516.526	(597.168)	(786.706)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.457.256	(531.035)	(307.280)	11.046.513	(555.932)	(275.212)
Opções de Compra Outras	118.462.552	(2.982.387)	(2.544.458)	57.500.051	(2.868.865)	(3.203.477)
Mercado Interfinanceiro	22.823.128	(2.224.517)	(1.467.033)	21.145.788	(2.104.995)	(1.578.796)
Outras (2)	95.639.424	(757.870)	(1.077.425)	36.354.263	(763.870)	(1.624.681)
Opções de Venda Outras	319.146.122	(619.391)	(448.984)	211.380.549	(595.707)	(189.679)
Mercado Interfinanceiro	1.564.523	(181.485)	(138.871)	1.395.691	(155.776)	(29.908)
Outras (2)	317.581.599	(437.906)	(310.113)	209.984.858	(439.931)	(159.771)
Contratos de Futuros	676.903.459	-	-	785.337.224	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Posição Comprada	339.028.774	-	-	396.239.839	-	-
Cupom Cambial (DDI)	124.336.273	-	-	143.814.584	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	143.249.684	-	-	135.768.788	-	-
Moeda Estrangeira	62.535.169	-	-	106.481.787	-	-
Índice (3)	5.329.267	-	-	7.717.797	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	3.578.381	-	-	2.456.883	-	-
Posição Vendida	337.874.685	-	-	389.097.385	-	-
Cupom Cambial (DDI)	124.336.273	-	-	143.814.584	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	143.092.561	-	-	138.131.331	-	-
Moeda Estrangeira	61.538.203	-	-	96.976.790	-	-
Índice (3)	5.329.267	-	-	7.717.797	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	3.578.381	-	-	2.456.883	-	-
Contratos a Termo e Outros	621.867.332	1.764.453	3.645.175	443.722.256	6.675.015	325.674
Compromissos de Compra	311.815.892	3.894.219	24.729.794	226.379.907	13.065.871	18.534.707
Moedas	288.936.705	3.368.164	4.467.266	176.481.430	4.649.383	2.617.536
Outros	22.879.187	526.055	20.262.528	49.898.477	8.416.488	15.917.171
Compromissos de Venda	310.051.440	(2.129.766)	(21.084.619)	217.342.349	(6.390.856)	(18.209.033)
Moedas	287.538.821	(1.970.279)	(3.410.789)	177.766.056	(5.934.009)	(6.151.264)
Outros	22.512.619	(159.487)	(17.673.830)	39.576.293	(456.847)	(12.057.769)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

									Valor Referencial	
					Contraparte		Abertura por Vencimento		Mercado de Negociação	
					31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025		31/03/2025	
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	224.244.931	579.815.525	142.083.087	946.143.543	858.277.413	29.063.930	256.441.758	660.637.855	105.952.520	840.191.023
Opções	64.510.920	7.406.360	762.342.896	834.260.176	538.580.487	61.268.657	698.999.471	73.992.048	720.357.484	113.902.691
Contratos de Futuros	14.382.756	2.675.865	659.844.835	676.903.456	785.337.224	226.427.244	252.621.118	197.855.094	673.383.752	3.519.705
Contratos a Termo e Outros	137.725.212	331.236.385	152.905.735	621.867.332	443.722.256	241.662.963	171.876.817	208.327.552	29.749.340	592.117.992

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen

IV) Hedge Contábil

O Banco no curso normal de suas operações, fica exposto à riscos de mercado que geram assimetrias contábeis ou volatilidade em seu resultado contábil. Para eliminar essas assimetrias ou reduzir a volatilidade, o Banco utiliza contratos de instrumentos financeiros derivativos (Swap e Futuros) e que são designados a estruturas de Hedge Contábil de valor justo ou de fluxo de caixa.

IV.1) Hedge de Valor Justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco tem o objetivo de proteger o valor justo de ativos e passivos, decorrentes de oscilação na taxa de juros referencial (CDI, SELIC, SOFR); na oscilação de moedas (Risco Cambial) e/ou na oscilação de índice de preços (IPCA, etc). O Banco acompanha cada estrutura de hedge avaliando sua eficácia conforme determina o IAS 39.

							31/03/2025
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	
Contratos de Swap	123.974	151.568	114.844	137.629	9.130	13.939	
Hedge de Operações de Crédito	123.974	151.568	114.844	137.629	9.130	13.939	
Contratos de Futuros	45.990.479	44.973.548	45.638.134	44.871.951	352.345	101.597	
Hedge de Operações de Crédito	9.991.262	11.469.677	10.001.530	11.544.527	(10.268)	(74.850)	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	29.768.128	28.445.705	29.553.735	28.342.681	214.393	103.024	
Hedge de Captações	6.231.089	5.058.166	6.082.869	4.984.743	148.220	73.423	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/12/2024					
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Valor Justo						
Contratos de Swap	211.637	253.106	200.658	222.625	10.979	30.481
Hedge de Operações de Crédito	211.637	253.106	200.658	222.625	10.979	30.481
Contratos de Futuros	38.109.921	43.532.027	38.332.070	43.416.076	(222.149)	160.951
Hedge de Operações de Crédito	9.962.962	13.349.432	10.017.522	13.238.024	(54.560)	156.408
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	22.717.743	25.201.977	22.504.539	25.344.183	213.204	(142.206)
Hedge de Captações	5.429.216	4.980.618	5.810.009	4.833.869	(380.793)	146.749

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

	31/03/2025			31/12/2024	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Estratégias					
Hedge de Valor Justo					
Contratos de Swap	-	-	137.629	137.629	222.625
Hedge de Operações de Crédito	-	-	137.629	137.629	222.625
Contratos de Futuros	5.308.169	4.129.945	35.433.837	44.871.951	43.416.076
Hedge de Operações de Crédito	2.663.052	4.129.945	4.751.530	11.544.527	13.238.024
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	999.752	-	27.342.929	28.342.681	25.344.183
Hedge de Captações	1.645.365	-	3.339.378	4.984.743	4.833.869

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

Em hedges de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes – hedges de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram , quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/03/2025	31/12/2024
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Efetiva Acumulada
Estrutura de Hedge		
Cash Flow Hedge		
CDB	1.146.860	511.175
Total	1.146.860	511.175

	31/03/2025					
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Futuros	69.241.205	85.648.151	69.303.340	85.678.550	(62.135)	(30.399)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	17.363.955	21.308.597	17.267.360	21.269.938	96.595	38.659
Hedge de Captações	51.877.250	64.339.554	52.035.980	64.408.612	(158.730)	(69.058)

	31/12/2024					
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Futuros	77.296.634	79.910.035	77.474.456	79.910.035	(177.822)	(5.610)
Hedge de Operações de Crédito	738.333	1.566.189	730.322	1.566.189	8.011	(73.277)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	27.613.484	35.677.670	27.556.993	35.677.670	56.491	(40.187)
Hedge de Captações	48.944.817	42.666.176	49.187.141	42.666.176	(242.324)	107.854

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem a operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

				31/03/2025	31/12/2024
	Até 3	De 3 a	Acima de		
Estratégias	Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Contratos de Futuros	6.381.648	36.602.019	42.694.883	85.678.550	79.915.645
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	1.639.466
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	13.190.817	8.079.120	21.269.937	35.717.857
Hedge de Captações	6.381.648	23.411.202	34.615.763	64.408.613	42.558.322

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

					Valor Nominal
					31/03/2025
	Risco Retido - Swap de	Risco Transferido	Risco Retido - Swap de	Risco Transferido	31/12/2024
	Taxa de Retorno Total	- Swap de Crédito	Taxa de Retorno Total	- Swap de Crédito	
Swap de Créditos	-	6.471.547	4.421.208	16.153.307	
Total	-	6.471.547	4.421.208	16.153.307	

Durante o trimestre não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/03/2025		31/12/2024	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	6.471.547	6.471.547	20.574.515	20.574.515
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	6.471.547	6.471.547	20.574.515	20.574.515
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	6.471.547	6.471.547	20.574.515	20.574.515

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	31/03/2025	31/12/2024
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.536.150	23.592.560
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.991.668	6.891.750
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.624.933	4.775.236
Total	51.152.751	35.259.546

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.

O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199.

	31/03/2025	31/12/2024
Patrimônio de Referência Nível I	88.002,1	85.562,9
Capital Principal	80.205,7	77.547,6
Capital Complementar	7.796,4	8.015,3
Patrimônio de Referência Nível II	16.098,1	15.488,4
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	104.100,2	101.051,2
Risco de Crédito (1)	604.366,2	603.286,5
Risco de Mercado (2)	48.127,2	43.523,7
Risco Operacional	73.148,1	60.643,3
Total de RWA (3)	725.641,5	707.453,5
Índice de Basileia Nível I	12,13	12,09
Índice de Basileia Capital Principal	11,05	10,96
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,35	14,28

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) As exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada e abordagem por modelos internos. A abordagem padronizada inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcum), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcum), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de março de 2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(9.303)	(348.948)	(697.896)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(132)	(1.636)	(3.271)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(27.214)	(107.125)	(214.250)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(3.929)	(35.591)	(71.182)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(466)	(940)	(1.881)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(4.392)	(109.812)	(219.624)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(4.685)	(41.721)	(83.442)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(391)	(9.767)	(19.534)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(30)	(739)	(1.478)
Total (1)		(50.542)	(656.279)	(1.312.558)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(64.761)	(2.575.429)	(5.280.665)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(36.544)	(1.319.799)	(2.353.557)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(35.668)	(598.482)	(1.097.526)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(4.841)	(172.614)	(318.045)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.212)	(14.222)	(28.395)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(23.716)	(219.840)	(472.548)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	473	11.826	23.653
Total (1)		(166.269)	(4.888.560)	(9.527.083)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25%% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Conglomerado Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos, atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos administrados pelo Conglomerado Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	31/03/2025	31/12/2024
Fundos sob gestão	133.510	134.133
Fundos administrados	207.292.056	242.717.969
Total	207.425.566	242.852.102

e) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$ 99.760.824 e R\$ 51.196.827 respectivamente.

19. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de abril de 2025, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 17 de abril de 2025 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de abril de 2025 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas “Ex-Juros sobre o Capital Próprio”. O valor dos Juros sobre o Capital Próprio será pago a partir do dia 08 de maio de 2025. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao período de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

b) Banco Santander e demais acionistas firmam Contrato para a alienação de 100% de participação societária na Galgo Sistema de Informações S.A.

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e votante da Galgo Sistema de Informações S.A. com a RTM - Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. (“Operação”). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistema de Informações S.A.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado

	01/01 a 31/03/2025		01/01 a 31/03/2024	
Receitas com juros e similares	38.750.552		32.603.990	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	4.212.264		3.929.870	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(7.264.611)		(6.799.369)	
Outras Receitas e Despesas	(85.315)		557.456	
Despesas com juros e similares	(23.924.821)		(19.217.062)	
Insumos de Terceiros	(2.252.678)		(2.015.929)	
Material, Energia e Outros	(176.590)		(223.787)	
Serviços de Terceiros	(1.553.360)		(1.414.409)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(91.127)		(47.724)	
Outros	(431.601)		(330.009)	
Valor Adicionado Bruto	9.435.391		9.058.956	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(703.335)		(681.787)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	8.732.056		8.377.169	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	86.615		63.599	
Valor Adicionado Total a Distribuir	8.818.671		8.440.768	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	2.665.302	30,2 %	2.616.853	31,0 %
Remuneração	1.898.400		1.851.366	
Benefícios	548.146		517.482	
FGTS	136.692		137.385	
Outras	82.064		110.620	
Impostos, Taxas e Contribuições	2.967.124	33,6 %	2.701.664	32,0 %
Federais	2.964.787		2.446.076	
Municipais	2.337		255.441	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	34.662	0,4 %	61.323	0,7 %
Remuneração de Capitais Próprios	3.151.583	35,7 %	3.060.928	36,3 %
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.500.000		1.500.000	
Reinvestimentos de Lucros	1.608.800		1.552.046	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	42.783		8.882	
Total	8.818.671	100,0 %	8.440.768	100,0 %

Comentário de Desempenho

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 31 de março de 2025, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS (atual denominação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)).

1. Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

❖ Pausa no ciclo de corte de juros por parte do Federal Reserve (FED - Banco Central norte-americano).

Após promover três cortes de juros sequenciais nas últimas decisões de política monetária de 2024, o FED pausou o ciclo de cortes de juros na primeira reunião do ano, e vem mantendo os juros estáveis desde então, com uma postura mais cautelosa diante da resiliência da atividade norte-americana e da inflação ainda acima da meta. Além disso, o FED vem ressaltando as incertezas no cenário global, diante de potenciais implicações das políticas adotadas pela presidência dos Estados Unidos, principalmente relacionadas aos impactos das tarifas, com viés de alta para a inflação, e de baixa para a atividade.

❖ Posse do presidente norte-americano Donald Trump.

Após uma vitória expressiva nas eleições presidenciais de 2024, Donald Trump tomou posse no dia 20 de janeiro, efetivando suas principais promessas de campanha, principalmente no tema de imposição de tarifas, cujo principal alvo inicial foi a China, com um aumento de 20% nos tributos, além de outras tributações específicas para certos setores. O aumento das tarifas provoca um choque inflacionário, e impactos na atividade, não apenas nos Estados Unidos, mas nos seus parceiros comerciais.

❖ Mudança de postura fiscal na área do euro e, em particular, na Alemanha.

As eleições gerais na Alemanha foram um marco para o cenário macroeconômico europeu. A nova coalizão, liderada pelo primeiro-ministro Merz, apresentou proposta para fazer uma expansão fiscal sem precedentes no país. O projeto pode ser quebrado em dois: um para investimentos em infraestrutura, outro para gastos em defesa. No total, ambos os projetos podem somar 1 trilhão de euros em cerca de 12 anos, representando uma expansão fiscal de em torno de 20% do PIB. Tal mudança de postura é significativa e muda as perspectivas de crescimento no país para os próximos anos, além de pressionar a comunidade europeia na mesma direção, principalmente em relação a gastos militares.

No ambiente doméstico

❖ Copom promoveu os ajustes sinalizados na decisão de dezembro, elevando a taxa básica de juros para 14,25%.

No primeiro trimestre de 2025, a inflação medida pelo IPCA continuou a apresentar níveis elevados, com as principais medidas de núcleo da inflação, especialmente a subjacente de serviços, distanciando-se assim da meta estabelecida de 3,0%. Em resposta, o Banco Central do Brasil manteve uma postura austera, elevando a taxa Selic para 14,25% ao ano, sinalizando novo aumento à frente, ainda que de menor magnitude. O Banco Santander espera que a Selic atinja 15,25% ao ano até junho, mas inicie, posteriormente, um ciclo de cortes até o final de 2025, fechando o ano em 14,75%.

❖ Depois uma sequência de eventos positivos, o crescimento do PIB ficou abaixo do esperado no 4T24. Passada a safra neste início de ano, a atividade tende a perder ritmo.

Em contraste com a expectativa do Banco Santander e a mediana das projeções de mercado, o PIB no quarto trimestre de 2024 – divulgado no primeiro trimestre de 2025 – repercutiu negativamente ao apresentar sinais de desaceleração maiores que o esperado. De qualquer forma, a economia brasileira apresentou avanço de 3,4% no ano passado, acima do consenso no começo do ano. Os dados já divulgados referentes ao primeiro trimestre de 2025 voltam a mostrar um bom desempenho devido às condições favoráveis do mercado de trabalho. Do mesmo modo, o Banco Santander espera um forte resultado da agropecuária e demais setores que se beneficiam da recuperação da safra, assim como daqueles mais sensíveis às iniciativas governamentais para reforçar o orçamento das famílias. Dito isso, o aperto monetário e os ruídos do cenário sugerem uma perda de fôlego ao longo de 2025.

❖ Desempenho relativo do real foi destaque positivo depois de atingir máxima histórica nominal em 2024.

Um dos destaques do 1T25 foi o desempenho positivo do real, que superou o das economias comparáveis. Entre as 30 moedas mais transacionadas globalmente, o real registrou um ganho de 8,3%, posicionando-se entre as cinco que mais se valorizaram frente ao dólar. Esse movimento foi impulsionado pelo diferencial de juros doméstico-externo, pela ausência de notícias negativas no cenário fiscal e pela suposta disposição do governo norte-americano em negociar sua nova política comercial. No entanto, para que essa valorização continue ao longo do

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ano, será necessário reduzir, a incerteza no cenário internacional e melhorar a percepção dos agentes sobre a disposição de se reequilibrar as contas públicas, convergir a inflação à meta e, assim, aliviar o aperto monetário de forma consistente.

2. Desempenho Consolidado

No primeiro trimestre de 2025 mantivemos nossa contínua evolução em direção à retomada de níveis mais elevados de rentabilidade, neste sentido, o lucro líquido do trimestre totalizou R\$ 3,9 bilhões, alta de 27,8% no ano, resultando em um ROAE de 17,4%, incremento de 3,3 p.p. YoY.

Nossas receitas apresentaram boa evolução, com a margem financeira expandindo 7,7% no ano, com incremento em margem com clientes (+9,5% YoY), beneficiada por maiores volumes e spreads. Em comissões, houve crescimento de 5,1% no ano, mantendo o foco na diversificação das nossas receitas, mais balanceadas entre crédito e serviços. Ajustado ao efeito das reclassificações referentes à Resolução CMN nº 4.966/2021, o incremento seria de 7,8% no ano.

A carteira de crédito ampliada apresentou avanço de 4,3% no ano, com foco nos negócios estratégicos, privilegiando o relacionamento principal e a rentabilidade dos portfólios, bem como a boa qualidade de ativos. Em captações, tivemos avanço de 4,5% na comparação anual, guiados por nossa busca de um mix mais equilibrado entre Pessoa Física e Jurídica, alcançando 45% de representatividade do segmento Pessoa Física, aumento de 0,5 p.p. no trimestre e 2 p.p. no ano.

As despesas cresceram 4,4% no ano, abaixo do crescimento das receitas e da inflação, reflexo de uma gestão eficiente de custos, o que nos permitiu a melhoria contínua do índice de eficiência, que atingiu 37,2% no trimestre (-2,5 p.p. YoY), o menor patamar em 3 anos.

Sabendo que desempenhamos um papel crucial na transição para uma economia mais inclusiva e sustentável, seguimos no caminho da evolução sustentável do nosso ROAE, com disciplina na alocação de capital, pautados por nossos pilares estratégicos e transformação constante junto aos nossos clientes, colaboradores, acionistas e sociedade.



Lucro Líquido (gerencial)
R\$ 3,9 bilhões 1T25



Carteira ampliada
R\$ 682,3 bilhões



Margem Financeira
R\$ 15,9 bilhões 1T25

(R\$ milhões)	1T25
Margem Financeira Bruta	15.921
Comissões	5.137
Receita Total	21.058
Resultado de PDD	(6.390)
Despesas Gerais	(6.573)
Outros	(3.348)
Lucro líquido antes de impostos	4.747
Impostos e minoritários	(886)
Lucro líquido gerencial	3.861
Lucro líquido contábil	3.778

(1) O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados do livro BRGAAP.



3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão, tem função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção, asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governança, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2025.



6. Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 55.303 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que ele se sinta o principal para o Santander.

Para isso, o banco investe continuamente na criação de um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.



7. Sustentabilidade

Nossa história em sustentabilidade começou há mais de 20 anos. Ao longo desse período, vivemos uma intensa jornada de evolução, na qual aprimoramos nossos programas, negócios e governança dirigida ao tema.

Nessa trajetória, destacam-se a avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos para a concessão de crédito a projetos e empresas; a geração de negócios que apoiem a transição dos clientes para uma economia de baixo carbono; e a construção de uma sociedade mais inclusiva, por meio de ações de educação e empregabilidade, inclusão financeira e empreendedorismo e inclusão social. Muitas dessas iniciativas são acompanhadas por metas globais nas áreas em que temos maior impacto potencial, como net zero, inclusão financeira e cultura inclusiva.

Para garantir uma boa governança desse processo, contamos com políticas e controles robustos, amparados pela alta liderança.

Ao final do 1T25, destacamos os seguintes resultados:

- Viabilizamos R\$ 9,7 bilhões em negócios sustentáveis e alcançamos uma carteira de R\$ 40,2 bilhões como emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e opções de produtos dedicados.
- Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (crédito de carbono) com 41% de market share.
- O Prospera Santander Microfinanças, que leva soluções financeiras a empreendedores, alcançou cerca de R\$ 3,3 bilhões em carteira de microcrédito, aumento de 7% YoY, com 1,14 milhão de clientes, atendendo mais de 1.700 municípios.
- Por meio de ações que apoiam a educação, beneficiamos cerca de 9.215 pessoas com cursos e bolsas de estudo, que somaram um investimento de quase R\$ 7 milhões.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Lançamos o programa “Habilidade não tem limite”, uma jornada de contratação e formação de profissionais com deficiência.
- Alcançamos a pontuação A- no CDP, o maior banco de dados global sobre práticas empresariais relacionadas às mudanças climáticas, emissões, água e florestas.
- Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 50% de membros mulheres e 50% de membros independentes.



8. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no período findo em 31 de março de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.



9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 12 de maio de 2025).

Composição dos Órgãos da Administração em 31 de março de 2025**Conselho de Administração**

Deborah Stern Vieitas – Presidente (independente)
Javier Maldonado Trinchant – Vice - presidente
Cristiana Almeida Pipponzi – Conselheira (independente)
Cristiana San Jose Brosa - Conselheira
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Ede Ilson Viani - Conselheiro
José de Paiva Ferreira - Conselheiro (independente)
Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Maria Elena Cardoso Figueira – Membro Técnico Qualificado
Andrea Maria Ramos Leonel – Membro
René Luiz Grande – Membro
Luiz Carlos Nannini - Membro

Comitê de Riscos e Compliance

José de Paiva Ferreira – Coordenador
José Mauricio Pereira Coelho - Membro
Jaime Leôncio Singer - Membro
Cristina San Jose Brosa - Membro
Deborah Stern Vieitas – Membro

Comitê de Sustentabilidade

Cristiana Almeida Pipponzi - Coordenadora
Vivianne Naigeborin - Membro
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
Deborah Patricia Wright – Membro
Cristiana Almeida Pipponzi - Membro
Javier Maldonado Trinchant – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Deborah Stern Vieitas - Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giorgi – Membro
Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
 Carlos José da Costa André
 Ede Ilson Viani
 Germanuela de Almeida de Abreu
 Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
 Gilberto Duarte de Abreu Filho
 Maria Elena Lanciego Perez
 Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
 Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias	Marcelo Aleixo
Alexandre Guimarães Soares	Marcos Jose Maia da Silva
Alexandre Teixeira de Araujo	Mariana Cahen Margulies
Ana Paula Vitali Janes Vescovi	Marilize Ferrazza Santinoni
André Juaçaba de Almeida	Michele Soares Ishii
Camila Stolf Toledo	Paulo César Ferreira de Lima Alves
Carlos Aguiar Neto	Paulo Fernando Alves Lima
Celso Mateus De Queiroz	Paulo Sérgio Duailibi
Cezar Augusto Janikian	Rafael Abujamra Kappaz
Claudenice Lopes Duarte	Ramón Sanchez Santiago
Claudia Chaves Sampaio	Reginaldo Antonio Ribeiro
Daniel Mendonça Pareto	Ricardo de Oliveira Contrucci
Eduardo Alvarez Garrido	Ricardo Olivare de Magalhães
Eduardo Luis Sasaki	Richard Flavio Da Silva
Enrique Cesar Suares Fragata Lopes	Robson de Souza Rezende
Franco Luigi Fasoli	Rudolf Gschliffner
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto	Sandro Kohler Marcondes
Gustavo de Sousa Santos	Sandro Mazerino Sobral
Izabella Ferreira Costa Belisario	Thomaz Antonio Licarião Rocha
Jean Paulo Kambourakis	Vanessa Alessi Manzi
Leonardo Mendes Cabral	Vítor Ohtsuki
Luciana de Aguiar Barros	

Contadora

Camilla Cruz Oliveira de Souza – CRC Nº 1SP – 256989/O-0

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2025, elaboradas de acordo com o critério International Financial Reporting Standards (IFRS®) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB®). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de março de 2025:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
 Carlos José da Costa André
 Ede Ilson Viani
 Germanuela de Almeida de Abreu
 Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
 Gilberto Duarte de Abreu Filho
 Maria Elena Lanciego Perez
 Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
 Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias	Marcelo Aleixo
Alexandre Guimarães Soares	Marcos Jose Maia da Silva
Alexandre Teixeira de Araujo	Mariana Cahen Margulies
Ana Paula Vitali Janes Vescovi	Marilize Ferrazza Santinoni
André Juaçaba de Almeida	Michele Soares Ishii
Camila Stolf Toledo	Paulo César Ferreira de Lima Alves
Carlos Aguiar Neto	Paulo Fernando Alves Lima
Celso Mateus De Queiroz	Paulo Sérgio Duailibi
Cezar Augusto Janikian	Rafael Abujamra Kappaz
Claudenice Lopes Duarte	Ramón Sanchez Santiago
Claudia Chaves Sampaio	Reginaldo Antonio Ribeiro
Daniel Mendonça Pareto	Ricardo de Oliveira Contrucci
Eduardo Alvarez Garrido	Ricardo Olivare de Magalhães
Eduardo Luis Sasaki	Richard Flavio Da Silva
Enrique Cesar Suares Fragata Lopes	Robson de Souza Rezende
Franco Luigi Fasoli	Rudolf Gschliffner
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto	Sandro Kohler Marcondes
Gustavo de Sousa Santos	Sandro Mazerino Sobral
Izabella Ferreira Costa Belisario	Thomaz Antonio Licarião Rocha
Jean Paulo Kambourakis	Vanessa Alessi Manzi
Leonardo Mendes Cabral	Vítor Ohtsuki
Luciana de Aguiar Barros	

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao primeiro trimestre findo em 31 de março de 2025, elaboradas de acordo com o critério International Financial Reporting Standards (IFRS®) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB®). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de março de 2025:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Carlos José da Costa André

Ede Ilson Viani

Germanuela de Almeida de Abreu

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Elena Lanciego Perez

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias

Alexandre Guimarães Soares

Alexandre Teixeira de Araujo

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André Juaçaba de Almeida

Camila Stolf Toledo

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus De Queiroz

Cezar Augusto Janikian

Claudenice Lopes Duarte

Claudia Chaves Sampaio

Daniel Mendonça Pareto

Eduardo Alvarez Garrido

Eduardo Luis Sasaki

Enrique Cesar Soares Fragata Lopes

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Gustavo de Sousa Santos

Izabella Ferreira Costa Belisario

Jean Paulo Kambourakis

Leonardo Mendes Cabral

Luciana de Aguiar Barros

Marcelo Aleixo

Marcos Jose Maia da Silva

Mariana Cahen Margulies

Marilize Ferrazza Santinoni

Michele Soares Ishii

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Fernando Alves Lima

Paulo Sérgio Duailibi

Rafael Abujamra Kappaz

Ramón Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo de Oliveira Contrucci

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Robson de Souza Rezende

Rudolf Gschliffner

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Thomaz Antonio Licarião Rocha

Vanessa Alessi Manzi

Vítor Ohtsuki